

ILMO. SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL
EM ALAGOAS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

A **ASSERT SERVICOS EM GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, entidade com personalidade jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 05.665.521/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, **STÊNIO BARBOSA DE LUCENA**, portador do CPF 451.961.924-68, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da classificação do licitante A G C PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 14.116.631/0001-85, o que faz pelas razões que passa a expor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão Permanente de Licitação que julgou Classificada e Habilitada a Empresa A G C PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 14.116.631/0001-85, no presente certame, com o objeto Contratação de serviços de empresa na prestação do serviço de RECEPÇÃO, nos termos e exigências estabelecidas no edital e demais documentos.

I - DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso administrativo é interposto tempestivamente, uma vez que a intimação para da Decisão Administrativa ora atacada se deu ao dia 19 de julho de 2024. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará conforme dispõem os termos estabelecidos no edital do certame.

II. FATOS:

Na etapa das propostas empresa AGC não apresentou o comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), apesar de ter se beneficiado na sua planilha de custos dessa condição, inclusive houve a solicitação do pregoeiro no "chat", conforme podemos ver a transcrição abaixo dessa solicitação;

Mensagem do Pregoeiro

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE
CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

Item G1

Sr. Fornecedor A G C PRESTACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ 14.116.631/0001-85, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:58:00 do dia 18/07/2024. Justificativa: Solicito o envio de sua proposta comercial, juntamente com as planilhas de custo e formação de preços. Solicito, neste momento, apenas o envio da proposta, planilhas e eventuais comprovantes do preço proposto, a exemplo de GFIP, **PAT, etc..**

Enviada em 18/07/2024 às 10:57:40h

O licitante não apresentou a inscrição do PAT no envio dos documentos, apesar de ter sido solicitado pelo pregoeiro, conforme acima. Porém, se beneficiou da condição de inscrito no PAT, para fazer a dedução na planilha de custos apresenta, situação essa totalmente irregular e contra a lei do PAT, inclusive afrontando também a Convenção Coletiva. Acontece que o Nobre Pregoeiro, não se apercebeu da falta desse documento que seria imprescindível para aceitação ou não, da proposta apresentada pelo licitante, aceitando a proposta como atendendo os requisitos do edital e da convenção coletiva.

Em um outro momento do pregão, já na fase de habilitação dos documentos, o Nobre Pregoeiro voltou a exigir a apresentação da inscrição do PAT e outros documentos, como podemos ver, a transcrição do "chat" abaixo;

Mensagem do Pregoeiro**Item G1**

Para 14.116.631/0001-85 - Senhor Licitante, para fins de julgamento da habilitação de A G C, inicialmente, solicito os documentos relacionados na cláusula 8 do Termo de Referência - TR (Anexo I do Edital), das declarações previstas no item 3.4 do Edital e no item 8.27 do TR, bem como o comprovante de inscrição no **PAT da licitante. Informo que o prazo para envio é de 02 (duas) horas, a contar do registro desta convocação.**

Enviada em 19/07/2024 às 08:30:27h

O licitante desconhecendo a lei que regulamenta o PAT, como também a Convenção Coletiva, fez o questionamento abaixo:

De 14.116.631/0001-85 - Bom dia senhor pregoeiro, nossa habilitacao esta praticamente conclusa. Porem surgiu um duvida acerca do **PAT, qual o item dentro do edital ou TR?**

Enviada em 19/07/2024 às 09:19:02h

O nobre pregoeiro retrucou, que não necessariamente o Edital deveria ter essa previsão. Sabiamente o pregoeiro estava certo até aquele momento, pois é uma condição legal de quem é inscrito se utilizar de um benefício previsto em LEI, conforme podemos ver abaixo na transcrição do "chat";

Mensagem do Pregoeiro

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE
CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

Para 14.116.631/0001-85 - A questão não está no Edital, mas pelo fato da AGC ter informado em planilha o desconto de 20% sobre a alimentação do obreiro.

Enviada em 19/07/2024 às 09:35:45h

III – Razões do Recurso

ACEITAÇÃO IRREGULAR DA PROPOSTA E PLANILHA DE CUSTOS DA EMPRESA A G C PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE REGISTRO DA EMPRESA JUNTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT

Em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe ao licitante cumprir todas as exigências constantes no edital, como também as legislações pertinentes, sob pena de desclassificação, fatos estes que terminaram por passar despercebido pelo Ilustre Pregoeiro da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas.

Os FATOS narrados no tópico acima, demonstra, por conseguinte, o descumprimento ao edital e da Legislação vigente, por parte da licitante Recorrida, que deveria ter tido sua proposta desclassificada, na melhor forma de direito, devendo ser reformada a decisão que ensejou a classificação da proposta da licitante declarada vencedora.

O PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador - foi instituído pela Lei 6.321/76 e tem como objetivo principal a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores visando à promoção de sua saúde e prevenção das doenças profissionais, por meio da concessão de incentivos fiscais.

No âmbito do PAT, as parcelas a título de alimentação não possuem natureza salarial, não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não se constituem em rendimento tributável do trabalhador, tampouco em base de incidência para os encargos trabalhistas e previdenciários, portanto, quando a empresa é participante deste programa, o custo com o vale-alimentação não tem caráter salarial e não incide sobre ele – o vale-alimentação – os encargos sociais previstos nos submódulos 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias e no 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições que recaem sobre o salário.

A ausência de comprovação de inscrição no PAT implica que o benefício deverá ser tratado como salário, impactando diretamente na proposta de preços e na sua viabilidade.

A natureza indenizatória do auxílio alimentação fornecido por empresas inscritas no PAT é condição sine qua non para que não haja reflexos

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE

CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

trabalhistas e previdenciários. O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão TCU nº 2747/2014 - Plenário, reforça a necessidade de comprovação de todas as condições de habilitação no momento da apresentação das propostas, sob pena de desclassificação: "A empresa deve comprovar todas as condições de habilitação no momento da apresentação das propostas, sob pena de desclassificação." A jurisprudência do TCU é clara ao estabelecer que a ausência de comprovação de requisitos essenciais, como a inscrição no PAT, desvirtua a proposta apresentada, pois altera a composição de custos e a viabilidade econômica da proposta. A falta de tal comprovação infringe os princípios da transparência e da isonomia, conforme preconizado no Acórdão TCU nº 1214/2013 - Plenário, que salienta a importância de cumprir rigorosamente as exigências editalícias para garantir a igualdade de condições entre os licitantes.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se à Comissão de Licitação que proceda à análise técnica e jurídica do presente recurso e, considerando as ponderações ora apresentadas, adote as medidas necessárias para a regularização da situação, assegurando a correção da irregularidade identificada e o pleno cumprimento das disposições legais e editalícias aplicáveis, a qual certamente o acolherá, contando que seu deferimento mantenha preservados os **PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E ISONOMIA**, tudo para satisfação do interesse público, objetivo maior da Administração Pública, desta forma, requer:

- a) A revisão da decisão de habilitação da empresa AGC Prestação de Serviço, CNPJ nº 14.116.631/0001-85, com base na falta de apresentação de documentação exigida no edital e ausência de comprovação de inscrição no PAT;
- b) A desclassificação da empresa AGC Prestação de Serviço do certame, por não atender aos requisitos previstos no edital e na legislação aplicável.

Termos em que
Pede deferimento
Olinda, 24 de julho de 2024



ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE
RECURSOS HUMANOS EIRELI-EPP
Stênio Barbosa de Lucena
Proprietário
RG. 2.664.500 – CPF 451.961.924-68